



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7654

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Cria e Institui Conselhos, Programas, Planos, Salas, Comissões, etc

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 08/05/2012

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 73/2012. (ALTERADA). Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal para Proteção e Bem-Estar Animal, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.520, de 12/06/2012, que foi posteriormente alterada pela Lei nº 5.249, de 10/03/2020).

**Controle Interno – Caixa:** 7.1

**Posição:** 39

**Número de folhas:** 12

---

Expedido: PL  
Categoria: Cria  
CV: 4.2  
Ordem: 39  
Nº fls.: 09



Nº 47/2012

05.06.2012

# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 73/2012.

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Criação e Funcionamento do Conselho Municipal para Proteção e Bem Estar Animal, e dá Outras Providências.

## MOVIMENTO

Entrada em 08/05/2012

Comissão Legislação e Justiça

- 1 - APROVADO EM 1ª EM. 29.05.2012
- 2 - APROVADO EM 2ª EM. 31.05.2012,
- 3 - SAZUO EM EN RA.
- 4 - APROVADO EM 3ª EM. 05.06.2012,
- 5 - SAZUO EM EN RA.
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2*

PROJETO LEI Nº.

**73**

DE 07 DE MAIO DE 2012.

*DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO  
CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO E BEM-  
ESTAR ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal que é órgão deliberativo, consultivo e normativo, tendo por finalidade o desenvolvimento de uma política eficaz de proteção dos animais da cidade.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se os animais conforme a definição estabelecida pela Lei Federal n.º 5.197, de 03 de janeiro de 1.967 (Código de Proteção à Fauna).

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo Municipal garantir a estrutura de funcionamento do Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal e das Conferências Municipais, visando à definição de princípios e ações de proteção à vida animal em Montes Claros.

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal:

I - promover e defender os direitos e as obrigações vinculados à proteção da vida animal, opinando e propondo soluções às denúncias sobre questões relativas à violação de tais direitos;

II - propor a formulação de estudos e pesquisas a fim de identificar as condições da vida animal em Montes Claros;

III - organizar programas de conscientização e de educação voltados à sociedade em geral, dentro da perspectiva de defesa da vida animal;

IV - promover campanhas publicitárias visando a posse responsável, importância da vacinação e esterilização;

V - estimular a mobilização e a organização da comunidade interessada nas ações de proteção à vida animal;





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

## Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

VI - contatar e articular com órgãos federais, estaduais, municipais e organismos estrangeiros e internacionais, bem como com a sociedade em geral, com vistas à captação de recursos que possibilitem a execução de projetos e programas direcionados à proteção da vida animal;

VII - elaborar, juntamente com os órgãos competentes da Administração Pública Municipal, as sugestões para eventual inclusão nos projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária, nas matérias de sua competência;

VIII - fazer-se representar nos colegiados afins federais, regionais e estaduais;

IX – elaborar programas de proteção e preservação da vida animal;

X - fomentar o intercâmbio permanente entre governo e sociedade, para fortalecimento de programas e ações de defesa à vida animal;

XI - participar de palestras, cursos, seminários, encontros, reuniões e outros eventos visando à defesa e o respeito à vida animal, bem como apoiar tais iniciativas;

XII - acompanhar a execução de ações para a conscientização da comunidade sobre a importância da vida animal no ecossistema;

XIII - elaborar proposta de seu regimento interno, a ser baixado por decreto, bem como solicitar sua reforma;

XIV - eleger o seu Presidente e os demais componentes da Mesa Diretora, conforme estabelecido no regimento interno.

Art. 5º - O Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal será integrado por 15 (quinze) membros e seus respectivos suplentes, sendo:

I - 08 (oito) representantes do Poder Executivo Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal Juventude, Esporte e Lazer;

b) 03 (três) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 01 (um) ligado a Diretoria de Vigilância Sanitária e 01 (um) ao centro de Controle de Zoonoses;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

## Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Política e Ação Comunitária;

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agropecuária.

II - 07 (sete) representantes da Sociedade Civil, sendo:

a - 02 (dois) representantes das entidades do Terceiro Setor que prestam serviços de proteção à vida animal;

b - 01 (um) representante de entidades de Educação Superior que mantenham cursos de Ciências Biológicas, Medicina Veterinária ou Zootecnia;

c - 01 (um) representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Montes Claros;

d - 02 (dois) representantes da Polícia Militar, sendo 01 (um) da Polícia do Meio Ambiente e 01 (um) do Corpo de Bombeiros e;

e - 01 (um) representante do Ministério Público com atuação junto à Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente;

Parágrafo único - Para a indicação de seus representantes, titulares e suplentes, as entidades e os segmentos a que aludem o inciso II deste artigo deverão:

I - ter sede no Município de Montes Claros;

II - ser sempre eleitos entre seus pares, em assembléia conjuntas das entidades ou, em casos de não preenchimento de vaga e de vacância, em audiência pública para eleição e complementação do período de mandato, respectivamente.

Art. 6º O mandato dos conselheiros terá a duração de 02 (dois) anos, admitida uma recondução sucessiva.

§1º - O Presidente do Conselho será eleito na 1ª reunião ordinária do início de cada mandato, podendo ser reeleito por igual período.

§2º. O Conselheiro, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo suplente.

Art. 7º - O Conselho funcionará em plenário, que se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, por requerimento, devidamente justificado, de qualquer um de seus membros.

§1º - As reuniões devem ser convocadas com antecedência mínima de oito dias e só poderão efetivar-se desde que esteja presente a maioria de seus





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2*

membros.

§2º - As decisões serão tomadas sempre pela maioria de votos dos membros presentes e, em caso de empate, o voto do presidente será decisivo.

Art. 8º - Das reuniões serão elaboradas atas, a serem redigidas por um dos membros, previamente designado pelo presidente.

Art. 9º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal não será remunerado sendo, porém, considerado de relevante interesse público.

Art. 10 - Será excluído do Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal o membro cuja ausência injustificada ou não aceita pelo Plenário do Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal for constatada em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, durante o exercício de seu mandato.

§1º - As hipóteses de ausência justificada serão definidas no regimento interno.

§2º - O membro faltante deverá protocolar até 03 (três) dias úteis após a reunião, sua justificativa dirigida ao Presidente do Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal.

§3º - O regimento interno poderá prever outros casos de exclusão, contudo, a sua efetivação somente ocorrerá depois de garantido o regular exercício do direito de defesa e aprovação por dois terços do Conselho.

Art. 11 - A "I Conferência Municipal" voltada à definição de princípios e ações para a proteção da vida animal deverá ser realizada dentro de 6 (seis) meses, após a data de publicação desta lei.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Montes Claros, 07 de maio de 2011.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
Prefeito Municipal





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-2*

Montes Claros (MG), 07 de maio de 2012.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 647 /2012

Assunto: encaminhamento de Projeto de Lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que “**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”.

O Conselho tem o objetivo de proteger e defender os animais de maus tratos, abandonos, exploração e outros em prejuízo da segurança e ofensa a integridade física dos animais e pessoas, sejam eles domésticos, domesticados, de trabalho e tração, bem como contra sacrifícios, extermínio e vivissecção de animais.

Em razão da necessidade de efetivação da pretendida criação do Conselho, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Luiz Tadeu Leite**  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 08 DE MAIO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 19 DE MAIO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 31 DE MAIO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 05 DE JUNHO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 073/2012 QUE “Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal para Proteção e Bem Estar Animal, e dá Outras Providências.”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento cria o Conselho Municipal para Proteção e Bem Estar Animal.


A criação de Conselhos Municipais, nos termos do art. 51, inc. III, da LOM, é de iniciativa exclusiva do Prefeito, ou seja, do Executivo.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto ou mesmo em seu objetivo.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal e constitucional, e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 09 de maio de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 73/2012**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Dispõe Sobre a Criação e Funcionamento do Conselho Municipal Para Proteção e Bem – Estar Animal, e dá Outras Providências.”**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 08/05/2012, com entrada na Sala das Comissões no dia 11 /05/2012.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal Para Proteção e Bem – Estar Animal, no Município de Montes Claros.

Conforme artigo 86 da Lei Orgânica Municipal compete ao Executivo a iniciativa de leis que criam conselhos, a saber:

Art. 86 - A lei autorizará o Executivo a criar Conselhos Municipais, cujos meios de funcionamento este proverá, definindo, em cada caso. atribuições, organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titulares e suplentes e prazo do respectivo mandato, observado o seguinte:

Desta forma, esta Comissão verifica que a proposição em questão, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e constitucionais.

**III – CONCLUSÃO**

Face ao exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do presente projeto e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2012.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá : \_\_\_\_\_

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluque Mota: \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus : \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA

As comissões  
29/05/2012

Aprovado  
31/05/12

EMENDA AO PROJETO DE LEI 73/2012 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA PROTEÇÃO À VIDA ANIMAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**EMENDA ÚNICA – Acrescenta o parágrafo 2º ao art. 5º que passa a vigorar com a seguinte redação.**

Art. 5º - O Conselho Municipal para Proteção à Vida Animal será integrado por 15 (quinze) membros, sendo:

(...)

“Parágrafo 2.º Os conselheiros escolhidos e eleitos deverão tomar posse mediante assinatura em livro próprio para gozarem de todas as prerrogativas desta lei, no prazo de 30 (trinta) dias após a data da publicação do decreto ou de sua eleição, respectivamente.”

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 21 de maio de 2012.

  
**Valcir Soares Silva**  
Presidente Câmara Municipal de Montes

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
21/05/2012	
HORAS: 12:57	
ASS:	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 29 DE MAIO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

A presente emenda é legal  
e constitucional.

Montes Claros, 31 de Maio de 2012.

*[Signature]*  
*[Signature]*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 31 DE MAIO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 05 DE JUNHO DE 2012  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 073/2012 QUE “Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho Municipal para proteção à vida animal, e dá outras providências.”, de autoria do Vereador Valcir Soares Silva.**


Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

A emenda em comento, acrescenta o parágrafo segundo ao artigo 5º do citado projeto de lei.

Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda, razão pela qual somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 30 de maio de 2012.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605